

## UMA PERSPECTIVA CRÍTICA SOBRE O TERCEIRO SETOR

Luziana Karla Braga de Souza<sup>1</sup>

### RESUMO

Nas últimas décadas a questão das desigualdades no Brasil é bastante mencionada, sobretudo, quanto à atuação do denominado Terceiro Setor e as instituições filantrópicas. A crítica colocada por este trabalho está baseada nos estudos iniciais realizados para a dissertação, com base em Santos (2013), Montañó (2010), Fontes (2013), Marx (2008) e Engels (2012). Segundo Marx, é primordial que o capital humano busque a emancipação humana. Por outro lado, as instituições filantrópicas, localizadas no terceiro setor, estão cada vez mais direcionadas ao interesse do grande capital. Este trabalho reflete o esforço em conciliar a proposta de pesquisa da dissertação, qual seja: “Estudo do trabalho voluntário a partir da Teoria das Representações Sociais (TRS) - o caso da Associação VIDA VIVA”, com o foco principal estudado na disciplina Estado e Sociedade que é, justamente a origem do Estado e sua relação com a sociedade, ou seja, o Estado como expressão da sociedade. Perspectiva que, considerando-se este trabalho, pode ser identificada por uma perspectiva crítica.

**Palavras-chave:** Terceiro Setor. Crítica. Trabalho voluntário.

### 1 INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste trabalho é discutir uma perspectiva crítica da atuação do chamado terceiro setor na área filantrópica no Brasil, que problematiza a crise e as incapacidades do Estado e do Mercado com o crescimento do chamado Terceiro Setor, abordando perspectivas críticas de Montañó (2010), Santos (2013), Fontes (2010), dentre outros autores.

Segundo Marx (2008) é preciso localizar a relação estrutural desse denominado “terceiro setor” com o sistema econômico e a burguesia existente no país. O Estado (é um aparelho ideológico) que vai ser sempre a expressão de ideologias que estão fundadas pela classe dominante. Considerando-se a leitura de Marx (2008) é possível mencionar o condicionamento da vida social como um todo ao modo de produção da vida material, onde é

<sup>1</sup>Discente do Programa de Pós Graduação em Gestão Pública e Sociedade, UNIFAL, Varginha, MG.

a consciência determinada pelo ser social.

Dessa forma, o tão proclamado terceiro setor é um reflexo do sistema econômico refletindo os interesses da classe burguesa, fruto do interesse do grande capital.

## 2 PERSPECTIVA CRÍTICA

Inicialmente, cumpre-nos trazer à baila a dificuldade conceitual que o termo terceiro setor retrata. Mário de Aquino Alves (2002) salienta a dificuldade em se conceituar o chamado terceiro setor, considerando a grande diversidade de instituições que fazem parte do mesmo e a grande diversidade de natureza jurídica de tais instituições, incluindo diversos tipos de organizações e diversos marcos teóricos, afirmando que o termo terceiro setor “é um termo guarda-chuva”, por englobar diversos tipos de instituições.

O primeiro setor é o Estado. Segundo Setor, que é o Mercado, as Empresa, sendo composto por entidades privadas com fins lucrativos, que almejam lucros. Segundo Oliveira (2007, p. 214-215):

O terceiro setor é a denominação ao conjunto de sociedades privadas ou associações que atuam exclusivamente na execução de atividades de utilidade pública no país, sem finalidade lucrativa, possuindo gerenciamento próprio e sem interferências externas e cada vez mais ganhando espaço e importância em todas as áreas do conhecimento, do direito inclusive.

Nesse contexto, o denominado terceiro setor surgiu com características de uma entidade que une o público e o privado, misturando interesses convergentes do primeiro setor (Estado) e segundo setor (Entidades Privadas de fins econômicos). Percebe-se dessa forma que consagrou-se como um movimento formado pela sociedade civil, definindo um setor que se situa entre o público e o privado, cujo “suposto” objetivo é a busca pelo bem estar social.

Aqui, entendemos pertinente o conceito de Habermas (1984) sobre as características do Estado, este sendo caracterizado como poder público que possui a responsabilidade de ser público, devendo promover o bem público. E bem público é o bem comum a todos os cidadãos, onde a esfera pública é uma esfera na qual o espaço delimitado de público contrapõe-se ao privado.

Se considerarmos uma dimensão crítica, é possível imaginar uma outra maneira de se pensar a sociedade, de forma a salientar as contradições da sociedade capitalista. Porém, necessário explicitar, a título de esclarecimento, as primeiras informações sobre a Teoria Crítica, para fundamentar o desenvolvimento da argumentação. O autor José Henrique de Faria (2009) faz uma análise muito pertinente sobre as correntes críticas que existem no

Brasil.

O referencial conceitual crítico deste artigo é a perspectiva crítica da Escola de Frankfurt e a Teoria Crítica Habermasiana. Segundo Tenório (1998), a perspectiva teórico-crítica da Escola de Frankfurt, que surge na Alemanha nos anos 30, na Universidade de Frankfurt, discutiu a racionalidade instrumental como razão inibidora da emancipação do homem. Habermas, da segunda geração Frankfortiana, traz o conceito de racionalidade comunicativa, “procurando estabelecer elementos conceituais democratizadores das relações sociais na sociedade contemporânea” (TENÓRIO, 1998, p.8).

O fundamento para realizar a perspectiva crítica sobre o terceiro setor está em Habermas, mencionado por Tenório (1998), o qual afirma que “O dever do pesquisador crítico é o de revelar as tendências negativas que na sociedade impedem a emancipação do homem”. Ainda segundo Tenório (1998, p. 12):

O objetivo de Habermas é, portanto, desenvolver uma teoria que, diferentemente da teoria tradicional, positivista, denunciada por Horkheimer, permita uma práxis social voltada para um conhecimento reflexivo e uma práxis política que questione as estruturas sócio-político-econômicas existentes. A intenção é propor uma teoria que livre o homem dos dogmatismos e que contribua para sua emancipação.

Webering (2010) salienta que “a preocupação principal dos frankfurtianos é analisar os mecanismos de dominação na sociedade”. Essa mesma autora, menciona Tenório (2000, apud WEBERING, 2010, p. 145) da seguinte forma:

Os frankfurtianos tentaram integrar a razão prática e a razão teórica; para eles, conhecimento e interesses são inseparáveis. Manter as diferenças existentes na sociedade, que os mecanismos da teoria tradicional perpetuam, é ser conivente com esse tipo de conhecimento e alheio à realidade. Assim, a tarefa do teórico crítico é identificar as contradições sociais, fazendo uma análise que estimule a mudança.

Nesse contexto, considerando-se a racionalidade instrumental colocada pela Escola de Frankfurt, as ações filantrópicas podem parecer paliativas a uma conjuntura social excludente, posto alimentarem o sistema capitalista para que permaneça como está. Hodiernamente, é sumariamente relevante discutir o papel desenvolvido pelas Organizações Não-Governamentais – ONGs, que fazem parte do chamado “terceiro setor”, este, o qual ainda possui termos e definições imprecisas. Daí, a necessidade e importância do estudo crítico de Montañó (2010). A obra de Montañó (2010) é baseada em sua tese de doutorado e o livro faz uma interpretação do social em vista da hegemonia neoliberal capitalista, onde propõe um repensar.

Montaño (2010) trata da origem norte-americana do termo, cunhado nos EUA em 1978 por John D. Rockefeller III, mencionando Landim, que salienta “(...) o terceiro setor não é um termo neutro”, é de procedência norte-americana, contexto onde associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal” (LANDIM, 1999:63; apud MONTAÑO, 2010, p.53).

O autor coloca as várias debilidades do termo, por significarem coisas diferentes, entidades variadas, por ser confuso, mas sobretudo, por não ter um consenso sobre o termo. Montaño (2010) nos ensina que “(...) o conceito “terceiro setor” se expande recentemente, nas décadas de 80 e 90, a partir supostamente da necessidade de superação da dualidade público/privado e da equiparação público/estatal”. (MONTAÑO, 2010, p.54). Sobretudo, Montaño (2010) aborda questões críticas sobre esse terceiro setor, desmistificando-o, e sedimentando a orientação de que, na verdade, está dentro dos ditames da reestruturação do grande capital, por meio, por exemplo, da flexibilização das relações de trabalho, afastando o Estado das responsabilidades sociais.

O autor nos coloca que “com o conceito de “terceiro setor”, criaram-se leis para “organizações sociais”, para a filantropia empresarial”, para o serviço voluntário e outras atividades, e desenvolve-se uma relação de “parcerias entre elas e o Estado” (MONTAÑO, 2010, p. 47-48).

Conforme conclui Montaño (2010), esse Terceiro Setor está na verdade perpetuando a miséria e exclusão social, onde as Organizações do Terceiro Setor (que pretendem substituir a sociedade) apenas e tão somente reforçam a pobreza e indulgência, reforçando um assistencialismo há muito defasado e sendo absolutamente funcionais e obedientes ao capital, destruindo a cidadania focada nos direitos sociais conquistados a duras penas.

É possível perceber, conforme nos ensina o autor, que ocorreu uma “instrumentalização da sociedade civil, transformando-a ideologicamente no passivo e funcional terceiro setor”, onde “as ONGs passaram, paulatinamente, a ocupar o lugar dos movimentos sociais, deslocando-os de seu espaço de luta e da preferência na adesão popular”. (MONTAÑO, 2010, p. 271). Dessa forma, ainda segundo o autor (MONTAÑO, 2010, p. 274):

O resultado é a mudança na forma e conteúdo das lutas sociais neste âmbito; mais dócil relação com o capital e com o Estado; despolitização e esvaziamento das organizações populares e suas demandas sociais agora intermediadas pela ONG.

Nesse diapasão, Montañó (2010) propõe “no curto prazo, no enfrentamento ao processo neoliberal de reestruturação social (produtiva, comercial, normativa, legal, estatal), e no médio e longo prazo, na transformação da ordem”. Reafirma as lutas desenvolvidas na sociedade civil como “absolutamente necessárias num processo de efetiva transformação social, a caminho da emancipação humana.”, propondo, “a revitalização dos movimentos sociais articulados - e não a sociedade civil – e ressituar a ONG como sua “parceira” – e não do Estado ou da empresa/fundação capitalista”. (MONTAÑO, 2010, p. 274).

Por fim, Montañó (2010, p. 274) conclui afirmando que:

O conceito e o debate sobre o “terceiro setor” presta um grande serviço ao capital e à ofensiva neoliberal, nessa luta pela hegemonia na sociedade civil”. Logo, possível imaginar um padrão de comportamento, com um marco regulatório onde o interesse público está bem distante dessa luta, sobretudo, se consideramos a “ideologia hegemônica neoliberal” como um grandecomitê executivo do capitalismo.

Colaborando com o pensamento de Montañó (2010), temos Boaventura de Souza Santos (2013), o qual apresenta um novo paradigma sociocultural, onde o projeto sócio cultural da modernidade está baseado em dois pilares fundamentais, o pilar da regulação e o pilar da emancipação (SANTOS, 2013, p.100-101). Esses pilares se relacionam e segundo o autor, o problema está no excesso de promessas:

O excesso reside no próprio objetivo de vincular o pilar da regulação ao pilar da emancipação e de os vincular a ambos à concretização de objetivos práticos de racionalização global da vida coletiva e da vida individual.

Nesse contexto, Santos (2013) continua, afirmando que o projeto sociocultural da modernidade coincide com a emergência do capitalismo enquanto modo de produção dominante e que “o trajeto histórico da modernidade está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo nos países centrais, existindo três períodos para o capitalismo (liberal, organizado e desorganizado/atual). Dentro do terceiro período, o atual, se traduz “na natureza profunda das transformações em curso nas sociedades capitalistas avançadas” (SANTOS, 2013, p.103).

Existe um excesso de promessas e um déficit de cumprimento dessas promessas, onde Santos (2013) conclui que o projeto da modernidade cumpriu promessas e as cumpriu às vezes em excesso. Assim, gerou a inviabilização d cumprimento da outras. Assim, almeja-se um equilíbrio entre os pilares e os princípios, onde o pilar da emancipação foi o princípio organizador de manifestações sociais que se tornaram vocação de globalidade.

Nesse espeque, o atual período do capitalismo (desorganizado) padece com muitas

formas de organização, sendo que prevalece uma dicotomia entre os pilares. Todas as transformações mencionadas por Santos (2013) levam a crer em uma desregulação global da vida econômica, social e política, onde existe um compromisso irracional e hegemônico neoliberal.

O autor salienta que o valor da autonomia dos processos sociais e políticos nacionais são eliminado e rechaçado, sendo subjugados aos interesses do capitalismo (Santos, 2013).

O autor nos ensina que a modernidade nos preparou “mega-armadilhas”, onde energias emancipatórias se transformam em energias regulatórias (SANTOS, 2013, p.120). Dessa forma, a transformação social segue a batuta do projeto político hegemônico, salientando o autor que (SANTOS, 2013, p. 132):

A tese principal que aqui defenderei é a seguinte: a ideia moderna da racionalidade global da vida social e pessoal acabou por se desintegrar numa miríade de minirrationalidades ao serviço de uma global, inabarcável e incontrolável irracionalidade.

E a saída seria uma pós-modernidade de resistência. Assim, considerando-se uma perspectiva crítica, a atuação do chamado terceiro setor seria apenas e tão somente uma ação dentro dessa “irracionalidade global”, coadunando com o projeto político dominante. Santos (2013) vai além ao afirmar “que a irracionalidade global de hoje é a ditadura das necessidades”.

Fontes (2010) é firme em sua crítica quanto ao terceiro setor e tudo o que engloba este termo, afirmando que na verdade ocorre uma mercantilização da filantropia iniciada na década de 70, sobretudo no que diz respeito ao voluntariado, onde consolidava-se uma subalternização direta da força de trabalho, as quais ficaram subordinadas à dinâmica da reprodução da vida social sob o capital-imperialismo.

Esta autora coloca que existe a intenção burguesa de reduzir a democracia ao seu aspecto gerencial, referindo-se à limitação do sentido do termo democracia a apenas um único significado, qual seja: capacidade gerencial de conflitos (FONTES, 2010).

Na verdade, a perspectiva crítica reforça a ideia de que a dinâmica do capital se difundiu em todos os espaços organizativos em uma reconfiguração do neoliberalismo, a qual reconfigurou a classe trabalhadora, que acabou por ser transformada onde seu potencial emancipador foi dilacerado (FONTES, 2010).

As entidades que capitanearam como reflexo de virtude social o fato de serem não governamental, acabaram por dismantelar imensa parcela de direitos sociais. Fontes (2010)

menciona que na verdade existe um fictício terceiro setor, onde abandona-se a reflexão de classes sociais, aceitando-se a subalternização da participação popular, sendo o termo terceiro setor confuso e vago, o qual oculta as classes e lutas que contestam diretamente a dominação de classes. Afirma Fontes (2010, p. 292):

As ONG'S trazem um novo formato social para as relações de trabalho: mão de obra desprovida de direitos e da própria identidade operária. Outro exemplo sobre essa massiva transformação de força de trabalho de novo tipo é o voluntariado, configurando um exército de trabalhadores.

Em suma, Fontes (2010) salienta que na verdade, o termo vago, impreciso, se traduz em uma “etiqueta elástica”, onde ocorre um gotejamento de migalhas, ou melhor, a generalização da política de conta gotas, que mantém o sobre trabalho, onde ocorre sistematicamente a renovação de formas tradicionais de exploração.

Finalmente, uma face desta perspectiva crítica pode ser percebida nos ensinamentos de Engels (2012, p. 222-223), segundo o qual:

Quanto mais progride a civilização, mais se vê obrigada a encobrir os males que traz necessariamente consigo, ocultando-os com o manto da caridade, enfeitando-os ou simplesmente negando-os. Em uma palavra: elabora-se uma hipocrisia convencional, desconhecida pelas primitivas formas de sociedade e pelos primeiros estágios da civilização, que culmina com a declaração de que a classe opressora explora a classe oprimida exclusiva e unicamente para o próprio benefício desta. E, se a classe oprimida não o reconhece, e até se rebela, isso, além do mais, revela sua mais negra ingratidão para com seus benfeitores, os exploradores.

### 3 CONCLUSÃO

Conclui-se que ainda existe a velha dualidade do público e privado, e da classe burguesa e classe trabalhadora. Contradições que estiveram presentes durante a história na formação do Estado e da sociedade e, por conseguinte, da sua burguesia, considerando-se a classe e seu papel social, também estão presentes na formação do terceiro setor.

Para se entender o Estado, é preciso entender a sociedade. As bases da sociedade estão na economia política, com perspectiva crítica, de onde vem as bases para se entender o processo de constituição da sociedade civil.

Vislumbra-se a real necessidade de maiores estudos sobre a questão da atuação do Terceiro Setor, sobretudo na filantropia, do Brasil. Apesar do fortalecimento da democracia ainda persiste a dicotomia, como o público e o privado, como uma dimensão da administração pública, onde as ONG'S e as associações, aparecem como um *locus* do trabalho voluntário.

Este trabalho analisou o espaço utilizado pelas ONG'S no trabalho voluntário do

Brasil, inserida no contexto da expressão do Terceiro Setor quando a sociedade vem suprir lacunas do Estado e Mercado, trazendo uma perspectiva crítica.

As ONG'S no Brasil podem ser até um problema se considerada sob a perspectiva crítica, onde há hodiernamente instituições em abundância, as quais precisam ser reformuladas ou renovadas, conforme a perspectiva crítica de Montaña (2010), Santos (2013), Fontes (2010) e Engels (2012).

É possível, contudo, pensar em melhoras para a população em condições de necessidade, gerando um alento para os indivíduos que tanto almejam melhores condições de vida em um mundo globalizado cheio de desigualdades.

### *A CRITICAL PERSPECTIVE ON THE THIRD SECTOR*

#### *ABSTRACT*

*In the last decades the issue of inequalities in Brazil is very much mentioned, above all, regarding the performance of the so-called Third Sector and philanthropic institutions. The criticism put forward by this work is based on the initial studies carried out for the dissertation, based on Santos (2013), Montaña (2010), Fontes (2013), Marx (2008) and Engels (2012). According to Marx, it is essential that human capital seeks human emancipation. On the other hand, philanthropic institutions, located in the third sector, are increasingly directed to the interest of big capital. This work reflects the effort to reconcile the research proposal of the dissertation, namely: "Study of voluntary work from the Theory of Social Representations (TRS) - the case of VIDA VIVA Association", with the main focus studied in the discipline State and Society Which is precisely the origin of the State and its relation to society, that is, the State as an expression of society. A perspective that, considering this work, can be identified by a critical perspective.*

**Keywords:** *Third Sector. Critical. Volunteer work*

#### **REFERÊNCIAS**

ALVES, M.A. As origens do conceito. **ENANPAD–Encontro anual da Anpad**, v. 26, 2002.



ENGELS, F. A Origem da família, da Propriedade Privada e do Estado. Tradução de Leandro Konder, 3ª ed – São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FARIA, J.H. Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte no Brasil, **CADERNOS EBAPE. BR**, v. 7, nº 3, artigo 8, Rio de Janeiro, Set. 2009, p. 511-515.

FONTES, V. **O Brasil e o Capital-Imperialismo: Teoria e História** (capítulo 5), Rio, EPSJV/Fiocruz e Edit. UFRJ, 2 ed, 2010.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e questão social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6 ed. 2010, Ed. Cortez, São Paulo.

OLIVEIRA, G. J. de. **Terceiro Setor Empresas e Estado - Novas Fronteiras entre o Público e o Privado**. Belo Horizonte. Editora Fórum, 2007.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na transição pós-moderna**. Ed. Cortez, 2013.

TENÓRIO, F.G. Gestão Social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, v. 32, n.5, p.07-23, 1998.

WEBERING, S.I. **GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas** – Ano 5, nº 4, out/dez/2010, p.139/152.